



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

Comunicação Oral

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: SEUS CRITÉRIOS¹

GRADUATE EVALUATION IN BRAZIL: ITS CRITERIA

Michely Jabala Mamede Vogel, UFF
michelyvogel@gmail.com

Nair Yumiko Kobashi, ECA/USP
nairkobashi@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa e discute os critérios de avaliação da pós-graduação no Brasil. Tal avaliação é realizada periodicamente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Se no início a forma como era realizada não era publicada oficialmente, a partir de 1998 quando se torna trienal, e desde 2014, quadrienal, seus critérios passam a ser conhecidos: 1) Proposta do Programa, 2) Corpo docente, 3) Corpo discente, teses e dissertações, 4) Produção intelectual, 5) Inserção social, e 6) Internacionalização. Além disso, esses critérios passam a ser tema de análises pela comunidade acadêmica, com destaque para a questão da Produção intelectual, alvo de diversas discussões e controvérsias.

Palavras-chave: Avaliação da Pós-graduação Brasileira. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). SNPG (Sistema Nacional de Pós-Graduação). Critérios e instrumentos de avaliação. Produção Intelectual.

Abstract: This paper analyses and discusses the evaluation criteria related to graduate programs in Brazil. The evaluation of Brazilian Graduate programs is done by CAPES (Higher Education Personnel Training Coordination) periodically. In the beginning almost none of its procedures were officially publicized, but since 1998, when the evaluation happens every three years, and since 2014 every four years, its criteria became well known through its website. They are: 1) Program proposal,

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

2) Faculty, 3) Students, theses and dissertations, 4) Intellectual production, 5) Social insertion, and 6) Internationalization. Besides, those criteria became subject of analysis by the academic community, especially Intellectual Production which is often discussed by the researchers.

Keywords: Evaluation of Brazilian Graduate Programs; National Graduate System; CAPES (Higher Education Personnel Training Coordination); SNPG (Graduate National System). Evaluation criteria and instruments of graduate courses. Intellectual Production

1 INTRODUÇÃO

“Uma vitrine do ensino superior brasileiro”. Essas são as palavras de Eunice Durham, ex-diretora da Capes, em seu depoimento para o livro CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV (2002, p.122) em relação ao Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior). As opiniões dos demais ex-diretores da instituição vão na mesma direção, como também os depoimentos de diversos pesquisadores cujos textos foram analisados na presente pesquisa. O respeito ao sistema de avaliação adotado pela CAPES é também compartilhado pela sociedade brasileira. Com efeito, um curso de mestrado ou doutorado recomendado, pela CAPES, é considerado um selo de qualidade que confere prestígio ao curso objeto de avaliação. Dessa forma, as universidades públicas, privadas, confessionais e comunitárias que têm cursos reconhecidos utilizam esse selo, em seus sites, como forma de dar visibilidade aos cursos da instituição (VOGEL, 2015, p.41-45).

É necessário reconhecer, no entanto, que não há unanimidade em relação aos critérios de avaliação adotados pelo SNPG. Diversos aspectos da avaliação são criticados pela comunidade acadêmica, sendo também objeto de discussão constante em eventos da área e publicizados em periódicos científicos (VOGEL, 2015).

Neste trabalho, apresentamos um panorama da avaliação da pós-graduação brasileira, desde sua implantação, com ênfase nos critérios utilizados para tal pela CAPES. Conhecer o histórico e os critérios vigentes de avaliação de programas é, de nosso ponto de vista, crucial para o aprimoramento do sistema. De fato, a participação da comunidade científica na construção de parâmetros pertinentes de avaliação deve ser consensual para que sejam alcançados os objetivos desse processo. Em trabalhos anteriores (VOGEL, 2015; VOGEL; KOBASHI; FUJINO, 2015), apresentamos aspectos dessa discussão. Nesta comunicação, o objetivo é compartilhar pontos específicos da avaliação da pós-graduação, esperando que enriqueçam as discussões e ações da comunidade da Ciência da Informação em prol do aprimoramento dos programas, tanto quanto da pesquisa e formação na área. Com este

objetivo, o texto se articula nos seguintes itens: o processo de avaliação da pós-graduação brasileira; o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 2011-2010) e o modelo atual de avaliação.

2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

A CAPES foi criada em 1951, como “Campanha de Nacional Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, subordinada ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC), com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”². Anísio Teixeira, seu primeiro diretor, permaneceu no cargo desde sua criação, até 1964. Neste ano, o nome da instituição foi alterado para ‘Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior’, denominação mantida até os dias atuais.

Desde que foi fundada, a CAPES procurou criar mecanismos para a promoção de intercâmbios e cooperação entre universidades, principalmente por meio da oferta de bolsas de estudos no Brasil e no exterior. A concessão de bolsas para a realização de doutorados no exterior foi uma política que permitiu a constituição, de fato, do sistema nacional de pós-graduação, bastante incipiente nos anos 1950. No período da ditadura civil-militar, a pós-graduação foi integrada aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, como área a ser apoiada. Em 1966, por exemplo, foram ampliados os objetivos da CAPES, sendo definida sua principal missão: “a qualificação do corpo docente e a formulação de nova política para a Pós-Graduação” (BRASIL a), tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da implantação de um forte sistema de pós-graduação.

A criação de novos programas e cursos foi acompanhada de um sistema de avaliação que pudesse garantir o controle e o aprimoramento do sistema de pós-graduação. Nesse sentido, a CAPES promoveu a elaboração de metodologias próprias de avaliação. Os membros da comunidade acadêmica foram convidados a participar como consultores tanto para avaliar os projetos de solicitação de bolsas de estudos, quanto os processos globais de avaliação de programas. Observa-se, portanto, que a CAPES adotou como critério a avaliação por pares.

² Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951, Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>

“A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões, e mais tarde foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico científico, com direito inclusive a participação no conselho superior da agência” (CAPES..., 2002, p.22).

Com base em critérios e procedimentos sistemáticos, foi iniciado o processo de avaliação. “A primeira delas foi realizada ainda em 1978, após algumas experiências que permitiram a definição do quadro metodológico” (CAPES..., 2002, p.22). Esta avaliação ofereceu um quadro sobre aquilo que vinha sendo feito desde 1976. Em 1982, o papel dos consultores acadêmicos foi reconhecido oficialmente, pelo Decreto n. 86.816, de janeiro do mesmo ano.

As avaliações, até 1976, eram realizadas anualmente (BRASIL d). A partir de 1984, passam a ser realizadas bienalmente, periodicidade mantida até 1998, quando o intervalo passou a ser trienal (BRASIL b, p.1; CAPES..., 2002, p.26). A partir de 2014, é proposta a avaliação a cada quatro anos.

De 1976 a 1997, a CAPES utilizava, para a classificação dos programas de pós-graduação, uma escala conceitual de A até E, em que A é o maior valor, conceito este atribuído aos cursos com padrão internacional. O segundo sistema, implantado a partir de 1997, adotou uma escala numérica de classificação, de 1 a 7, em que 7 ocupa o topo do sistema (BRASIL, 2010, p.125).

Nessa escala, programas propostos que recebem notas 1 e 2 não são autorizados a funcionar e os programas já implantados, que recebem essas notas são descredenciados. Assim, a nota mínima para implantação e funcionamento de um programa é 3. A nota 5 é atribuída aos cursos de excelência, enquanto as notas 6 e 7 são atribuídas aos cursos consolidados que têm inserção internacional. Há que se destacar, no entanto, que as informações sobre as avaliações anteriores a 1998 não estão suficientemente documentadas³.

Ainda em 1994, a CAPES publicou um documento com o que seria o perfil dos cursos com nota A, em seu boletim, o Infocapes. Neste periódico, foram apresentados os “critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1994). Os itens de avaliação, à época, eram: Corpo docente; Atividades de ensino e pesquisa; Atividades de orientação; Produção acadêmica docente; Participação na graduação; Produção e titulação do corpo discente; e Infraestrutura. Além disso, o documento apresentava uma síntese de procedimentos para cada grande área, a saber:

³ Nos documentos consultados não foi possível identificar os padrões de avaliação adotados. Inclusive no *website* da CAPES, a memória da avaliação cobre de forma sistemática o período a partir de 1998.

1. Ciências Agrárias; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências Exatas e da Terra; 5. Ciências Humanas; 6. Letras; 7. Música e Artes; 8. Ciências da Saúde; 9. Ciências Sociais Aplicadas.

Na gestão de Abílio Baeta Neves (1995-2003), além da adoção da escala de notas de 1 a 7, com periodicidade de avaliação trienal, foi enfatizada a necessidade de serem estabelecidos critérios objetivos de pontuação de artigos publicados em periódicos, processo operacionalizado com a criação do Qualis Periódicos.

O Qualis Periódicos é um “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL c). Concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação, o Qualis é alimentado pelos dados fornecidos pelos programas de pós-graduação por meio de um sistema específico de coleta de dados – o Coleta CAPES. Nas palavras de Neves: “A tarefa consistia em definir quais são os periódicos que realmente contam quando se quer aferir excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica” (CAPES..., 2002, p.195).

Até chegar ao modelo de avaliação atual, várias mudanças ocorreram. Os documentos oficiais da CAPES afirmam que as mudanças introduzidas passo a passo nos processos são sistemáticas e promovem sua transparência e aprimoramento. A atual política de pós-graduação e sua avaliação estão consubstanciadas no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 2011-2020).

3 O PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 define as diretrizes, estratégias e metas cujo objetivo é consolidar a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

O PNPG foi publicado em dois volumes. O primeiro aborda a origem da pós-graduação brasileira, os avanços dos PNPGs anteriores e apresenta recomendações tópicas sobre as prioridades do plano. Além dos procedimentos de avaliação, propriamente ditos, introduz novas questões, como a multidisciplinaridade na pesquisa, as assimetrias em relação à distribuição de programas no país, a preocupação com a educação básica, que deve ser responsabilidade também da pós-graduação, a formação de recursos humanos para as empresas e para os programas nacionais de inovação, a internacionalização da pesquisa, as formas de financiamento da pós-graduação e o papel das agências de fomento. Do segundo volume constam artigos de reconhecidos pesquisadores brasileiros sobre temas que merecem atenção por caminharem junto com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país.

O PNPG 2011-2020 é o sexto plano criado pela CAPES. Os anteriores são:

- I PNPG (1975-1979): que introduziu o planejamento estatal das atividades de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores.
- II PNPG (1982-1985): que se preocupou com a institucionalização da avaliação da pós-graduação, processo existente desde 1976, que era porém, incipiente.
- III PNPG (1986-1989): que propôs a subordinação das atividades de pós-graduação ao desenvolvimento econômico brasileiro, por meio de sua integração com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.
- IV PNPG: que não se concretizou como um plano oficial, mas teve suas diretrizes adotadas pela CAPES: ênfase na expansão do sistema, na inserção do Sistema Nacional da Pós-Graduação e apresentação de propostas de mudanças no processo de avaliação.
- V PNPG (2005-2010): que propôs o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica, a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino e a criação de uma nova modalidade de curso: o mestrado profissional.

O PNPG 2011-2020, por sua vez, tem como objetivo central promover a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. Além disso, propõe a organização de uma agenda nacional de pesquisa em torno de temas, a superação das assimetrias e a formação de recursos humanos para empresas e programas nacionais (BRASIL, 2010, p.18). Embora reconheça que a pesquisa é a essência da pós-graduação há, neste plano, forte preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico. Esta missão, ausente dos planos anteriores, mostra a nova frente de trabalho a ser assumida pela CAPES, salientando o papel da pós-graduação na apresentação de soluções para os graves problemas da educação básica no país. Nessa medida, cria uma nova instância de atuação dentro da própria Capes, a Diretoria de Educação Básica.

A CAPES, que cuida dos cursos de pós-graduação, recebeu novas atribuições com a criação das Diretorias de Educação Básica e tem condições de comandar os esforços para consecução dessa tarefa. A interação mais definitiva com a educação básica é uma maneira de reforçar a aproximação do SNPG com os interesses da sociedade (BRASIL, 2010, p.21).

A Internacionalização recebe destaque especial no PNPG 2011-2020. O plano estimula, nesse sentido, a realização diversas ações: a expansão da quantidade de alunos estrangeiros nas universidades brasileiras, o apoio aos estágios de pós-graduação no exterior – os doutorados-sanduíche –, o incentivo à maior participação dos pesquisadores brasileiros em congressos e eventos internacionais, bem como a realização de doutorado completo no exterior (BRASIL, 2010, p.22). Nesse esforço, cria-se um programa específico para alunos de graduação realizarem parte de seus estudos no exterior, o Ciência sem Fronteiras. Os resultados do programa Ciência sem Fronteiras merecem avaliação cuidadosa, não havendo, ainda, dados concretos sobre os impactos do programa.

3.1 O PNPG 2011-2020 E A AVALIAÇÃO

Consta no texto do PNPG 2011-2020 que o processo de avaliação tem sido bem sucedido, embora sejam reconhecidas suas imperfeições. Por isso, a avaliação é vista como processo a ser continuamente aprimorado devendo, para isso, ajustar-se às mudanças e necessidades das áreas do conhecimento que avalia (BRASIL, 2010, p.125).

A avaliação é caracterizada por três eixos:

1 – feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 – tem natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 – associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas (BRASIL, 2010, p.125).

A CAPES não é responsável apenas pela avaliação. Ela é igualmente uma agência de fomento que canaliza recursos para projetos considerados prioritários. A avaliação de desempenho dos programas associa-se, portanto, à concessão de recursos aos programas de pós-graduação. A avaliação se fundamenta na combinação de parâmetros quantitativos e qualitativos. A quantidade das publicações científicas e a eficácia na formação de mestres e doutores são critérios que vêm sendo mantidos desde o início da implantação da avaliação. Tendo em vista a expansão do sistema, particularmente em regiões carentes de programas de pós-graduação, novos parâmetros de avaliação foram introduzidos, tais como a nucleação e a solidariedade, que se traduzem, de um lado, na cooperação entre programas mais fortes e programas mais fracos e, de outro, na valorização de programas DINTER e MINTER, objeto de editais anuais para promover a formação de mestres e doutores em regiões que não possuem programas de pós-graduação. A avaliação da produção intelectual é também objeto

de reformulações periódicas, como a introdução de parâmetros objetivados, como o Qualis periódicos, para avaliação e pontuação da produção de artigos em periódicos (BRASIL, 2010, p.126), a avaliação de livros e de produção artística.

Apesar da introdução de inovações, o sistema de avaliação da pós-graduação ainda não satisfaz a diversidade das áreas. Historicamente, há a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos praticados nas áreas das ciências exatas e naturais. Esses critérios vêm sendo estendidos para avaliar programas do campo das ciências sociais e humanidades que, pela inadequação, funcionam muitas vezes como camisas de força. O taylorismo intelectual e o imperativo do *publish or perish*, presente nas áreas de exatas e ciências da natureza, têm sido estendidas a todas as áreas. O produtivismo foi uma das consequências maléficas para todas as áreas de avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, os programas de natureza profissional, ao serem avaliados com base em parâmetros das áreas de ciência básica, nas quais prevalece a publicação de *papers*, têm reflexos perversos sobre as áreas em que prevalece a aplicação de conhecimentos para a criação de tecnologias. Os impactos do *publish or perish* têm sido igualmente perniciosos ao avaliar áreas cujos produtos mais característicos e importantes são os livros, para além dos artigos de periódicos. Por fim, questiona-se a periodicidade da avaliação, considerada curta para verificar de forma efetiva os efeitos das mudanças implementadas com o objetivo de adensar as propostas dos programas (BRASIL, 2010, p.127).

Os ajustes são necessários, tendo em vista que o sistema de pós-graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, com autonomia para criar ou fechar cursos (BRASIL, 2010, p.127). As opiniões de diversos segmentos da comunidade científica sobre a avaliação podem ser consultadas no estudo de Vogel (2015). Constatou-se, nesse estudo, que a avaliação da produção intelectual é um dos pontos mais criticados no modelo de avaliação vigente.

Deve-se considerar ainda que, no Brasil, o sistema de ensino universitário é constituído de um conjunto quantitativamente pequeno de universidades públicas (são 288 universidades públicas num total de 2650 instituições cadastradas no MEC⁴, ou seja, 10,87%) que patrocinam a “união indissolúvel do ensino e da pesquisa, com a pós-graduação à frente, servindo de modelo ou farol para o sistema”, de outras instituições públicas e comunitárias com ou sem esse tripé de atividades, e das instituições privadas, “distinguidas entre as

⁴ Dados obtidos em <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2015.

comunitárias e as não-comunitárias, com menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e, por vezes, com o setor produtivo” (BRASIL, 2010, p.128). O primeiro grupo está no topo do sistema.

A CAPES reconhece essas diferenças: “será preciso criar mais de um sistema de avaliação e depurar diferentes critérios de teor acadêmico e não acadêmico, ajustados para as diferentes situações e necessidades, como no mestrado profissional” (BRASIL, 2010, p.128).

As diretrizes para a avaliação da pós-graduação chamam a atenção para a importância do monitoramento dos programas, de modo a estimulá-los a alcançar melhores patamares de qualidade e a estabelecer distinções entre cursos acadêmicos, profissionais e para formação *lato sensu*.

Evidentemente, como o próprio nome já diz, este plano pretende consolidar suas expectativas. Merecem maior clareza conceitual a interdisciplinaridade, a internacionalização e a atuação no ensino básico que, na ausência de definições e indicadores objetivados, podem ser objeto de avaliações erráticas.

4 O MODELO ATUAL DE AVALIAÇÃO DA CAPES

O sistema de avaliação da CAPES é constituído de 48 áreas do conhecimento às quais estão integrados os programas de pós-graduação. São áreas em níveis diferentes de adequação à avaliação da CAPES, com características também distintas quanto à produção intelectual dos pesquisadores a elas vinculados. São elas:

- | | |
|------------------------------------------------|----------------------------------|
| 1) Administração, Ciências Contábeis e Turismo | 12) Ciências Ambientais |
| 2) Antropologia / Arqueologia | 13) Ciências Biológicas I |
| 3) Arquitetura e Urbanismo | 14) Ciências Biológicas II |
| 4) Artes / Música | 15) Ciências Biológicas III |
| 5) Astronomia / Física | 16) Ciências Sociais Aplicadas I |
| 6) Biodiversidade | 17) Direito |
| 7) Biotecnologia | 18) Economia |
| 8) Ciência da Computação | 19) Educação |
| 9) Ciência de Alimentos | 20) Educação Física |
| 10) Ciência Política e Relações Internacionais | 21) Enfermagem |
| 11) Ciências Agrárias (I) | 22) Engenharias I |
| | 23) Engenharias II |
| | 24) Engenharias III |

25) Engenharias IV	37) Medicina II
26) Ensino	38) Medicina III
27) Farmácia	39) Medicina Veterinária
28) Filosofia / Teologia	40) Nutrição
29) Geociências	41) Odontologia
30) Geografia	42) Planejamento Urbano e Regional/ Demografia
31) História	43) Psicologia
32) Interdisciplinar	44) Química
33) Letras / Linguística	45) Saúde Coletiva
34) Matemática, Probabilidade e Estatística	46) Serviço Social
35) Materiais	47) Sociologia
36) Medicina I	48) Zootecnia / Recursos Pesqueiros

No processo de avaliação, cada área reúne as informações sobre as atividades desenvolvidas, em um aplicativo próprio. Até 2013, a avaliação tem sido feita em períodos de três anos. O processo de avaliação é parametrizado por critérios consolidados em um “Documento de Área”, dividido em seções:

- Identificação da Área: abrangência da área e nome dos coordenadores.
- Considerações gerais sobre o estágio atual da Área: texto com dados sobre o que aconteceu na área, com dados sobre avanços dos programas, por região, por subárea do conhecimento, e o que mais for considerado pertinente.
- Requisitos e orientações sobre as propostas de novos cursos: apontamento dos requisitos mínimos, seguindo os critérios de avaliação (Proposta do curso; Corpo docente; Atividade de pesquisa, Produção intelectual; Infraestrutura de ensino e pesquisa; e outras informações), separadas por Mestrado, Doutorado, e Mestrado Profissional.
- Considerações gerais sobre a Avaliação do triênio: comentários sobre como se deu a avaliação no triênio anterior.
- Considerações sobre o Qualis Periódicos e os demais Qualis (Livros, Artístico) e critérios para estratificação e uso dos mesmos na avaliação da intelectual.
- Fichas de avaliação para Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional: apresentação detalhada dos critérios (Proposta do programa; Corpo docente; Corpo

discente, teses e dissertações; Produção intelectual; Inserção social) para Mestrados e Doutorados acadêmicos e Mestrados profissionais.

- Considerações e definições sobre Internacionalização/inserção internacional: apresentação dos aspectos que levam um programa a ultrapassar a nota (cinco) e atingir padrões de excelência (notas seis e sete).
- Comissão de Área: ficha com nome e função de todos os colaboradores que participaram da avaliação.

Um item considerado central na avaliação é a produção intelectual dos docentes do núcleo docente permanente de um programa. Por meio dos documentos de áreas é possível “comparar os diferentes estágios do processo de comunicação científica de cada área”, conforme Mugnaini e Sales (2011). No caso dos periódicos, os autores identificaram os indicadores de avaliação utilizados pelas diferentes áreas, tais como o Fator de Impacto, e os índices de citação, como *Web of Science (WoS)*, *Scopus*, *SciELO* e *Google Acadêmico*, e demais fontes, como o *Journal of Citation Reports (JCR)* e o *SCImago Journal & Country Rank (SJR)* (MUGNAINI; SALES, 2011). Observa-se que não há, de fato, uniformidade na adoção de critérios de avaliação de produção intelectual. No caso dos índices acima citados, há áreas que não poderiam ser avaliadas por esses índices porque os periódicos que utilizam para comunicar suas pesquisas não estão representados nessas bases de dados. Desse modo, outros tipos de parâmetros são adotados, como a avaliação de livros e a avaliação da produção artística.

4.1 O QUALIS PERIÓDICOS

Dentre os instrumentos utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação, um dos principais é a Base Qualis Periódicos, um sistema de estratificação ou classificação de revistas científicas. Essa base é constituída de títulos de periódicos nos quais os docentes dos programas de pós-graduação publicaram no triênio anterior.

A avaliação da Produção intelectual em periódicos é feita de acordo com uma escala de pontuação da revista na qual os artigos foram publicados. A qualidade da revista, por sua vez, pode ser conferida de acordo com a base de dados na qual ela foi indexada. No caso de revistas não indexadas, é possível consultar outros critérios, como a consistência e a coerência do corpo editorial, periodicidade, idiomas, origem e titulação dos autores, ente outros.

São as áreas de avaliação que classificam os periódicos, anualmente. A classificação distribui os periódicos em estratos: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5, e C (este

com peso zero). No entanto, um mesmo periódico pode figurar em estratos diferentes, dependendo da área de conhecimento, como explica a CAPES:

Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta (BRASIL c).

Para consulta à estratificação dos periódicos, a CAPES oferece o aplicativo WebQualis, acessível via internet na página da instituição⁵.

4.2 ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS (QUALIS-LIVROS)

Em agosto de 2009, a CTC (Comissão Técnica e Científica) da CAPES aprovou um roteiro para classificação de livros (BRASIL, 2009). Essa classificação passou a ser utilizada na avaliação trienal de 2010 por 23 áreas. De acordo com a CAPES,

Em várias áreas do conhecimento, os livros constituem a principal modalidade de veiculação de produção artística, tecnológica e científica. As outras áreas de conhecimento, nas quais a produção de conhecimentos quase não se expressa na forma de livros, mas preferencialmente na forma de artigos em periódicos, não utilizarão o Roteiro para Classificação de Livros (BRASIL c).

Os procedimentos para classificação de livros são descritos nos Documentos de Área, e também em documento disponível na página da CAPES (BRASIL, 2009). Os livros são classificados em L1, L2, L3, e L4 (sendo este último o estrato mais elevado) e as áreas têm liberdade para atribuir o valor e os limites para cada estrato.

4.3 QUALIS ARTÍSTICO

Esforço da área de Artes/Música, o Qualis Artístico está voltado para a classificação da produção artística diretamente vinculada aos programas de pós-graduação. Tal como no Qualis Periódicos, em que o que importa não é o artigo em si, mas a revista em que foi publicado, o Qualis Artístico avalia não uma obra de arte, mas sim a relevância da exposição ou da temporada em que ela foi apresentada.

⁵ WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em 24 jan. 2014.

São considerados, portanto, dois aspectos: “a) o impacto da obra, sua repercussão e abrangência (onde foi apresentada, se foi premiada, se foi selecionada por júri qualificado, se é obra única ou parte de uma série, etc.); b) o grau de vinculação com a linha de pesquisa ou projeto de pesquisa do autor” (BRASIL c).

Atualmente, cinco Áreas de conhecimento fazem uso explícito dessa modalidade de avaliação: Arquitetura e Urbanismo; Artes / Música; Ciências Sociais Aplicadas I; História; Interdisciplinar.

4.4 CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

São seis os quesitos analisados para avaliar os Programas de Pós Graduação: 1) Proposta do programa; 2) Corpo docente; 3) Corpo discente, teses e dissertações; 4) Produção intelectual; 5) Inserção social. O sexto item é a Internacionalização ou Inserção Internacional que, apesar de não aparecer explicitamente na Ficha de Avaliação, é apresentado nos Documentos de Área como item de distinção entre os programas de excelência.

Cada um dos cinco primeiros quesitos, que somam 100% na nota, tem um valor na avaliação. No quesito Internacionalização, são estudadas as ações do programa nesse sentido (ver o item 4.4.6 Internacionalização abaixo). Os critérios mais específicos também recebem pontuação, variando seu peso de acordo com a área.

4.4.1 Proposta do programa

A Proposta do programa tem valor zero, portanto não soma pontos. Isso não significa que não seja avaliada. Neste item, observa-se se as áreas de concentração dos programas são coerentes e atualizadas e se as suas linhas de pesquisa estão em consonância com as áreas de concentração, bem como os projetos docentes em andamento e a proposta curricular do programa.

Avalia-se também se o planejamento para o desenvolvimento futuro contempla melhorias na produção do conhecimento, na formação dos alunos e na sua inserção social, bem como as atividades de Internacionalização. Além disso, a infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão e a existência de centros de documentação e pesquisa e de laboratórios são observadas, bem como a existência de núcleos de pesquisa e a descrição de suas atividades.

As atividades ligadas à inovação, desenvolvimento tecnológico ou à formação de recursos humanos para o setor produtivo também são valorizadas.

4.4.2 Corpo docente

Este quesito vale de 15% a 20% da nota do Programa. Dentre as 48 áreas da CAPES, 38 consideram que o corpo docente representa 20%, enquanto dez áreas (Biotecnologia; Ciências Ambientais; Educação; Enfermagem; Ensino; Geografia; Nutrição; Psicologia; Química; e Saúde Coletiva) atribuem 15% da nota ao quesito.

Avalia-se o perfil do corpo docente do programa de modo a verificar titulação, diversidade na origem da formação e sua compatibilidade com a proposta do programa. A carga horária dedicada ao programa soma pontos, bem como a distribuição das atividades de pesquisa entre o corpo docente.

A participação dos docentes em atividades de ensino e em eventos alinhados à sua atuação no programa também são considerados, assim como seu papel como captador de recursos junto a agências de fomento.

4.4.3 Corpo discente, teses e dissertações

Este quesito vale de 30% a 35% da nota final. Das 48 áreas, 29 atribuem 35% como nota e 19 atribuem 30%. São elas: Antropologia / Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciência de Alimentos; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Agrárias (I); Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharias II; Farmácia; História; Matemática, Probabilidade e Estatística; Odontologia; Serviço Social e Sociologia.

Neste quesito, mede-se a quantidade de teses e dissertações defendidas no período avaliado, a distribuição das defesas e das orientações entre os docentes do programa, a qualidade desses trabalhos, bem como a produção total dos discentes.

Outro fator relevante é o tempo de formação dos discentes, sobretudo daqueles que recebem bolsas de estudo e seu percentual entre o total de bolsistas e alunos formados. Além disso, é considerada a participação dos discentes em eventos alinhados ao programa, sua participação em projetos de pesquisa e também seu envolvimento com o ensino de graduação.

4.4.4 Produção intelectual

Este é o quesito que recebe maior valor, juntamente com o anterior. As notas variam de 35% a 40%. 29 áreas atribuem 35% ao quesito, e 19 delas atribuem 40%. São elas: Antropologia / Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Biotecnologia, Ciência da

Computação; Ciência de Alimentos; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências Agrárias (I); Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharias II; Farmácia; História; Matemática, Probabilidade e Estatística; Odontologia; Serviço Social e Sociologia.

Este item avalia a quantidade de publicações qualificadas que cada docente permanente publicou no período avaliado. A distribuição de publicações entre os docentes também é considerada, de modo a identificar se há distribuição equilibrada entre os docentes. O Qualis é a fonte para essas análises, em suas duas modalidades: Qualis periódicos e Qualis livros. Contudo, produções técnicas e artísticas também são consideradas.

4.4.5 Inserção social

Este quesito vale entre 10% a 15% da nota. A maioria das áreas atribui 10%, e dez áreas (Biotecnologia; Ciências Ambientais; Educação; Enfermagem; Ensino; Geografia; Nutrição; Psicologia; Química; e Saúde Coletiva) atribuem 15% ao quesito.

A inserção e impactos nacionais e regionais são avaliados por meio das informações sobre os conhecimentos veiculados pelos programas por meio de publicações e conferências.

A integração e a cooperação com outros programas e centros de pesquisa também são considerados, principalmente se essas ações alavancam a produção de conhecimentos de programas ou regiões mais carentes.

A visibilidade do programa conta pontos, sendo conferida por meio de consultas à sua página na internet, que deve conter informações relevantes sobre o programa, suas linhas de pesquisa e sua coordenação.

A área da Ciência da Computação, especificamente, inclui neste quesito a questão da Internacionalização, efetivada por meio da atração de professores e alunos de pós-doutorado estrangeiros, participação em corpo editorial de revistas científicas internacionais, projetos e bolsas em outros países e premiações internacionais.

4.4.6 Internacionalização

Este quesito, diferentemente dos outros, aplica-se somente a programas de doutorado que já atingiram um excelente nível nos demais quesitos, recebendo nota cinco, mas que ainda podem ser diferenciados por suas ações com outros países. Assim, este quesito destina-se a atribuir a nota 6 ou 7 a um programa.

A área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo define a Internacionalização de um programa de pós-graduação como “a intensidade de seu trânsito em grupos de pesquisa e de formação em pesquisa atuando em outros países” (BRASIL, 2013a, p.53). Para Geografia, é “o processo de diálogo permanente com outros centros de produção do conhecimento no exterior, buscando uma aproximação maior a fim de quebrar preconceitos, barreiras e subordinações historicamente produzidas” (BRASIL, 2013b, p.45). A ideia é, mais do que enviar e receber pesquisadores, manter o fluxo de pesquisa e dar continuidade às parcerias internacionais.

A Internacionalização pode significar a busca de padrão de excelência semelhante às instituições mais importantes do exterior.

Compreendeu-se por *formação* de excelência a desenvolvida em pós-graduação com qualidade compatível com as dos melhores programas internacionais de cada área, isto é, a que apresentasse bibliografias expressando o estado atual da arte, um corpo discente com participação em congressos e seminários no exterior e, finalmente, um fluxo expressivo e constante de estágios-sanduíche no exterior (HORTA; MORAES, 2005).

Royero afirma que a “qualidade deve ser entendida valendo-se de uma perspectiva complexa e multidimensional, cuja amplitude abarca os processos educativo, social e humano e se converte em um sistema conectado com outros sistemas interdependentes” (apud HORTALE, 2003, p.1839).

Trata-se do reconhecimento tanto da Internacionalização em si, como também das ações que visam à inserção internacional do programa. A escolha dos periódicos internacionais em que se publica é a estratégia mais básica e a manutenção do fluxo de colaboração internacional, a mais poderosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste texto, aspectos do Sistema Nacional de Pós-graduação e os critérios e procedimentos de avaliação. Observa-se que, embora a Produção intelectual não seja o único aspecto levado em consideração na avaliação, ele é central nos processos de atribuição de notas a programas. Nesse item, dá-se importância especial à produção de artigos. Embora tenha um peso considerável (35 a 40% da nota), há possivelmente que se discutir de forma mais aprofundada o significado de cada tipo de produção intelectual no campo científico considerado. A avaliação perde a razão de ser se não emprega critérios que

possam identificar, efetivamente, o valor de uma publicação ou trabalho para o campo específico. Urge, portanto, definir melhor os critérios de avaliação da produção intelectual.

As diferentes formas de produção intelectual (livros, trabalhos de eventos, trabalhos técnicos e artísticos) podem e devem ser consideradas na avaliação, fundamentadas em princípios e procedimentos explícitos e compartilhados. Sob esta perspectiva, devem ser valorizados os mecanismos de discussão ampliada das questões científicas e sua avaliação, como ocorreu nos Seminários de avaliação, realizados nos anos 2012 e 2013, na CAPES. Foram espaços de troca de experiências e criação de consensos que deram maior legitimidade às avaliações realizadas no triênio que passou. Espera-se, portanto, que os diálogos sejam mantidos para o aprimoramento dos processos de produção de conhecimentos no âmbito da pós-graduação, como também de aplicação de critérios justos de avaliação. Diálogo significa manifestação de pontos de vista, debates, negociação para criação de consensos. Cabe, aos atores das áreas avaliadas entrarem nos debates, de forma ativa. Pergunta-se, tem a comunidade da Ciência da Informação participado ativamente desses debates?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Brasília, [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>> . Acesso em: 26 maio 2014.

_____. **Evolução do sistema de avaliação da pós-graduação**. Brasília, [s.d.]b. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/evolucao-da-avaliacao-enviado-ed-26fev.pdf>> . Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Classificação da produção intelectual**. Brasília, [s.d.]c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Coordenadores de área**. Brasília, [s.d.]d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/coordenadores-de-area>>. Acesso em 23 jan. 2014.

_____. **Documento de área 2013: Administração, Ciências Contábeis, e Turismo**. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administracao%20doc_area_e_comissao_16out.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2013: Geografia**. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Geografia_doc_area_e_comissao_21out.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v.1.

_____. **Infocapes: Boletim informativo**, Brasília, v.2, n.3, jul./set. 1994.

_____. **Roteiro para classificação de livros**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

CAPES, 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: CAPES, 2002.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.30, p.95-116, set./dez. 2005.

HORTALE, Virginia Alonso. Modelo de avaliação da CAPES: desejável e necessário, porém incompleto. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.6, p. 1837-1840, nov./dez. 2003.

MUGNAINI, Rogerio; SALES, Denise Peres. Mapeamento do uso de índices de citação e indicadores bibliométricos na avaliação da produção científica brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica**. 2015. 184p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____; KOBASHI, Nair Yumiko; FUJINO, Asa. Tensões entre governança, avaliação e gestão de políticas de pós-graduação. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO, 4., 2015, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói, RJ: UFF, 2015. No prelo.